
O MÉDIO ORIENTE: CARACTERIZAÇÃO, FACTORES DE INSTABILIDADE E PERSPECTIVAS FUTURAS

Intervenção do autor, integrada no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN 95), que teve lugar no IDN, no Porto e em Lisboa, respectivamente, em 12 e 17 de Janeiro de 1995.

Quintela Paixão

O MÉDIO ORIENTE: CARACTERIZAÇÃO, FACTORES DE INSTABILIDADE E PERSPECTIVAS FUTURAS

INTRODUÇÃO

Tive já o privilégio, no ano passado, também por esta altura, de expor ao Curso do Instituto da Defesa Nacional de então algumas reflexões sobre o mesmo tema. Encontrava-me nessa altura nos últimos meses da chefia da nossa Embaixada de Portugal em Tel Aviv, que tive a honra de abrir no decurso do primeiro semestre de 1991, poucos meses depois de terminado o conflito do Golfo.

Embora tenham já passado cerca de oito meses desde que assumi novas funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros, e apesar de, nessas funções, não ter responsabilidades directas no que respeita ao Médio Oriente, nem por isso a minha curiosidade e o meu interesse esmoreceram pelos acontecimentos na Região. Afirmei aqui o ano passado que desde o primeiro momento em que pisei a terra do Médio Oriente, já lá vão quatro anos, Israel e o Médio Oriente fascinaram-me. A diversidade das respectivas populações, com as suas diferentes sensibilidades históricas, culturais e políticas, os conflitos que continuam a dividi-las tão profundamente, e a proximidade física, cultural e económica de toda esta realidade com a Europa, constituem naturalmente fonte inesgotável de observação, de análise e de estudo.

CARACTERIZAÇÃO E FACTORES PERMANENTES DE INSTABILIDADE

1. Sob o ponto de vista político/geográfico, o Médio Oriente continua a ser uma área de contornos imprecisos. E não se pense que a delimitação da área constitui um mero problema académico. Basta atentar nas discussões ainda em curso no chamado Grupo de Trabalho para o Controlo de Arma-

mento, criado dentro da dimensão multilateral da Conferência de Madrid, onde viva polémica se tem desenvolvido sobre qual a área a incluir nas respectivas discussões.

Abordarei a questão distinguindo entre um núcleo central e uma série de periferias que, de acordo com os interesses em jogo, podem ou não ser incluídas na Região. No núcleo central incluiria Israel, o Egito, a Jordânia, o Líbano, a Síria, o Iraque, a Arábia Saudita e os emirados do Golfo. Nas periferias incluiria desde os países do Magrebe, com especial relevo para a Líbia, passando à Turquia, que faz a ligação geográfica e cultural entre a Europa e a Região, e acabando no Irão. Creio poder hoje acrescentar-se ainda à área as numerosas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central.

2. Do ponto de vista político/estratégico, o Médio Oriente foi e continua a constituir uma área de grande instabilidade, resultante das profundas contradições que encerra.

Essas contradições são de vária natureza:

— Em primeiro lugar a repartição da Região em diversas entidades administrativas que, posteriormente, vieram a transformar-se em Estados, imposta pela Inglaterra e pela França, na sequência da derrota do Império Otomano na Guerra de 14-18, foi, amiúde, artificial. Em consequência, a legitimidade da existência de muitos dos Estados da Região sofreu fortes contestações e ainda hoje não é um dado inteiramente adquirido.

Para além de Israel poderei citar como exemplos de países cuja legitimidade de existência tem sido posta em causa os casos do Líbano, que a Síria sempre considerou como prolongamento natural do seu território (e que hoje em dia domina), da Jordânia, governada por uma monarquia Hachemita imposta pelos ingleses e cuja população é hoje maioritariamente de origem palestina, e o Koweit, país sobre o qual o Iraque sempre alimentou pretensões que se manifestaram com toda a acuidade com a invasão e anexação, em 1991, daquele país.

Associada a esta questão da legitimidade está ainda a questão das minorias étnicas e religiosas (druzos, coptas, etc...) que, em certos casos, têm as suas lealdades divididas (israelo-árabes, palestinos

da Jordânia, chiitas no Líbano e nos países do Golfo Pérsico) ou aspiram à autodeterminação (Kurdos no Iraque, na Turquia, no Irão e na Síria).

- Em segundo lugar, e ligada às interrogações sobre a legitimidade histórica de vários estados da Região, estará a contradição entre as aspirações pan-arabistas e os interesses dos vários estados criados pelas potências imperiais, na sua grande maioria dominados por regimes autocráticos. Tal contradição tem-se manifestado nos conflitos pela liderança da Nação-Árabe, que têm especialmente oposto o Egipto, a Síria e o Iraque, e pelos esforços que, em diferentes momentos, cada um destes países tem feito no sentido de provocar ou a desestabilização dos Estados mais fracos ou o respectivo recrutamento para a sua área de influência. Bastará recordar as desconcertantes e contínuas oscilações no sistema interárabe de alianças, mau grado o factor de coesão que até há bem pouco tempo representou a inimizade comum contra Israel.
- Em terceiro lugar, a contradição que se tem vindo a acentuar entre uma cintura a Norte de países densamente povoados e uma cintura a Sul de países pouco povoados mas extremamente ricos em recursos petrolíferos. A enorme riqueza acumulada por alguns dos Estados árabes e o desenvolvimento económico e social que se lhes seguiu, proveniente da exploração de vastíssimos recursos petrolíferos, tem vindo gradualmente a aumentar as rivalidades existentes entre os povos da Região.
- Tais rivalidades, a que se sobrepuseram a «Guerra Fria» e o conflito israelo-árabe, explicarão a corrida desenfreada aos armamentos por parte de quase todos os países do Médio Oriente.
- Em quinto lugar apontaria a crescente pressão exercida pelos movimentos islamistas sobre muitos dos regimes da Região, dramaticamente posta em evidência pela revolução no Irão em 1979, que se tem vindo a acentuar desde então e que na Argélia atingiu a sua expressão mais aguda.

A acrescentar a tudo isto, surge ainda a problemática do conflito israelo-árabe.

FACTORES ACTUAIS DE INSTABILIDADE

O colapso da URSS e a Guerra do Golfo, esta última resultado das muitas contradições atrás citadas, foram dois eventos capitais que alteraram profundamente o enquadramento estratégico e criaram condições para o lançamento do Processo de Paz que actualmente domina a actualidade política do Médio Oriente.

1. A desintegração da União Soviética e o seu conseqüente desaparecimento da cena mundial como líder do bloco comunista e como uma das duas grandes superpotências alterou, de forma profunda, o equilíbrio político/estratégico que desde os anos 50 caracterizava a região.

- Qualquer pretensão de envolvimento da Federação Russa ou de qualquer das outras Repúblicas numa estratégia global teve de ficar adiada. Isto devido ao facto do colapso económico que acompanhou a desintegração política ter provocado a necessidade das respectivas prioridades nacionais se concentrarem na solução das questões domésticas. Nesta mesma lógica ficou comprometido o apoio político, económico e militar à grande maioria dos países que eram «protegidos» ou «clientes» da União Soviética.
- Tal facto causou, de um momento para o outro, entre os dirigentes dos países em causa, um verdadeiro sentimento de abandono e desorientação.

A acrescentar a tal trauma, o Médio Oriente viu-se, também de um momento para o outro, relegado para um segundo plano de atenções, tanto por parte dos Estados Unidos da América como por parte da Europa Ocidental, sobretudo preocupados com os efeitos e conseqüências da desintegração do império soviético no espaço europeu. Este conjunto de circunstâncias levou muitos desses dirigentes, nomeadamente os da Síria e da OLP, a tentarem aproximar-se dos EUA, o que veio a aumentar consideravelmente a margem de manobra política de Washington criando, ao mesmo tempo, as condições adequadas para que os Estados Unidos surgissem como o árbitro por excelência de conflitos («honest broker») na região.

- Os Estados Unidos da América emergiram assim como a potência dominante na Região. A estratégia global passou a ser dirigida

unicamente a partir de Washington, se bem que os EUA tenham preferido, pelo menos numa fase inicial, legitimar a respectiva capacidade de intervenção utilizando o sistema das Nações Unidas. Assim procederam para concretizarem a operação «Desert Storm», que libertou o Koweit do jugo de Bagdade, para imporem sanções económicas ao Iraque, ou para realizarem inspecções às instalações iraquianas de produção de armas não convencionais.

- A gravidade da situação económica das novas repúblicas independentes que surgiram da designação da URSS obrigou-as a venderem, um pouco por todo o mundo, parte importante dos respectivos arsenais a preços muito baixos. Países como o Irão e a Síria viram-se assim, de um momento para o outro, com acesso a armamentos altamente sofisticados, tais como sistemas balísticos, armas químicas e bacteriológicas e, possivelmente, até tecnologia nuclear. Tal acesso ficou, aliás, extremamente facilitado dada a circunstância de tais transacções de armamento terem passado a obedecer a preocupações puramente de ordem comercial em detrimento de considerações de natureza política.

2. Por seu lado, a Guerra do Golfo teve igualmente profundas implicações na Região do Médio Oriente.

- Desde logo a derrota do regime de Bagdade veio demonstrar aos dirigentes do Médio Oriente, muito especialmente aos dirigentes de países produtores de petróleo, a relatividade da respectiva capacidade de intervenção: na verdade, e apesar da grave e perigosa crise que se gerou no Golfo (no próprio coração da zona de produção petrolífera), ela nunca chegou a provocar verdadeiro pânico, nem tão-pouco qualquer corrida desenfreada por parte dos países consumidores para rápido aprovisionamento de petróleo, tal como havia acontecido nos anos 70 e 80.

Os países produtores realizaram, por conseguinte, nessa altura, que a «arma» do petróleo deixara de ter o efeito de pressão política que chegara a adquirir em décadas anteriores. E isto porque, entre outros factores, a produção do «ouro negro» consolidara-se, entretanto, em zonas diferentes do Globo, nomeadamente no México e no

mar do Norte, facto que, lentamente, fez perder à OPEC o poder de intervenção que havia logrado conseguir sobre os mercados mundiais. Não obstante, os recursos petrolíferos da Região continuam a ser um dos elementos que mais contribuem para a sua importância geoestratégica. Bastará recordar que o Médio Oriente é ainda responsável por 40% da produção mundial e que nele se encontram 60% das reservas provadas de petróleo;

- A derrota militar de Bagdade terá igualmente dado um golpe de morte às aspirações pan-arabistas, na medida em que a agressão iraquiana levou numeroso grupo de Estados árabes a coligarem-se com potências estranhas à Região para fazerem frente à agressão;
- No seguimento da derrota de Sadam Hussein vieram ainda a acentuar-se dois outros importantes fenómenos, aliás intimamente ligados: por um lado verificou-se o reforço político/estratégico do Irão na região do Golfo e, por outro, a expansão e o fortalecimento, um pouco por todo o lado no mundo muçulmano, do fundamentalismo islâmico.

a. O Irão aproveitou de imediato a derrota de Bagdade e a sua conseqüente fraqueza e isolamento internacional para consolidar a respectiva hegemonia no Golfo: por um lado, forçou o regime do ditador iraquiano a reconfirmar os compromissos assumidos no Acordo de Argel de 1975, que formalizou os direitos de Teerão sobre a região do Shat-al-Arab. Por outro, procedeu à ocupação de três ilhas, até esse momento sob soberania dos Emirados Árabes Unidos, uma delas dominando a importante entrada do estreito de Ormuz. Encetou ainda toda uma campanha de encorajamento e apoio à revolta dos chiitas no sul do Iraque.

Para a concretização de toda esta política de carácter expansionista os dirigentes iranianos procederam à aquisição de um vasto arsenal militar, tanto em armas convencionais como não convencionais, dotando igualmente o país de sofisticados sistemas balísticos e de infra-estruturas para a respectiva produção local.

Teerão tem vindo ainda, muito especialmente depois da derrota de Bagdade na Guerra do Golfo, a apadrinhar actividades subversivas e terroristas um pouco por toda a parte. Bastará atentar no importante apoio que tem vindo a conceder ao regime sudanês, ao movimento fundamentalista Hizbollah que actua contra a presença de Israel no sul do Líbano, a ajuda às facções

seculares da OLP que se opõem ao processo de paz, bem como importante apoio financeiro ao movimento Hamas (Movimento de Resistência Islâmico) que actua em Gaza e na Cisjordânia.

b. Mas, talvez mais importante que os desenvolvimentos apontados, será o fenómeno do fortalecimento, desde o início da presente década e um pouco por todo o mundo muçulmano, do fundamentalismo islâmico, da multiplicação de focos de extremismo e, mais recentemente, do ressurgimento do terrorismo puro e duro que caracterizou o final dos anos 70 e os inícios da década de 80.

O fundamentalismo estende-se hoje desde as margens atlânticas da África do Norte ao arquipélago das Filipinas, no Pacífico, surgindo com violência inquietante em países ou Territórios como a Argélia, Gaza, Tadjiquistão e Afeganistão, e ameaçando explodir em regimes como os do Egipto, da Arábia Saudita e de alguns dos pequenos emirados do Golfo. Noutros casos, como em Marrocos, na Tunísia, na Síria e até na Turquia e na Indonésia, encontra-se, de momento, contido ou abafado através de métodos por vezes altamente repressivos.

O fundamentalismo islâmico é um fenómeno complexo. Permitir-me-ia fazer aqui uma distinção entre um islamismo de raiz conservadora, com uma longa tradição no mundo árabe, como será o caso da Arábia Saudita, e um islamismo radical, que utiliza a religião como instrumento revolucionário e que não hesita se tiver que usar a violência. É um fundamentalismo que deriva basicamente do consecutivo falhanço de modelos ideológicos, frequentemente impostos pela força, e da consequente falta de resposta às dificuldades de natureza socioeconómica. Será certamente este o caso da Argélia.

No entanto, o fundamentalismo radical não se esgota no falhanço de modelos ideológicos. O fenómeno tem-se ainda alimentado em factores de natureza cultural, enquanto reacção à humilhação sentida pelos árabes perante o Ocidente em geral e perante Israel em particular. Será este o caso da Hamas, cuja acção, nos últimos meses, em Gaza, na Cisjordânia e no próprio território de Israel, tem vindo a assumir características de terrorismo puro e duro.

De certa forma poderá afirmar-se que o fundamentalismo islâmico, de raiz radical, veio substituir-se ao tradicional radicalismo árabe, que sofreu rude golpe com a derrota do Iraque em 1991.

— A falência do radicalismo árabe e a ameaça que o fundamentalismo representa para os regimes árabes seculares traduz-se num importante estímulo para apostarem no processo de paz, na medida em que este lhes abre as portas do Ocidente e lhes proporciona oportunidades para desenvolverem as suas economias. No entanto, foram essencialmente o colapso da URSS e a guerra do Golfo que criaram as condições favoráveis para o relançamento do processo de paz no Médio Oriente, que estava bloqueado desde os Acordos de Camp David. Por um lado a aproximação da Síria aos EUA, e, por outro, a extrema fraqueza da OLP, na sequência do apoio que concedeu a Sadam Hussein, obrigou-a a aceitar as condições (que antes sempre tinha recusado) impostas por Israel para o início de um diálogo. Por seu lado, o governo conservador israelita, ao tempo chefiado por Ytzhak Shamir, viu-se, por pressão dos EUA, obrigado a envolver-se num processo negocial, cujas consequências receava e que sempre tinha querido evitar.

PERSPECTIVAS FUTURAS

O PROCESSO DE PAZ EM CURSO NO CONTEXTO DO CONFLITO ISRAELO-ÁRABE

Poderá parecer estranho que só agora volte a minha atenção para o Processo de Paz actualmente em curso no contexto do conflito israelo-árabe. Não foi inocentemente que o fiz. O conflito israelo-árabe, pela carga emocional que comporta, pela interligação dos interesses em jogo com os próprios interesses do Ocidente, encontra-se normalmente no primeiro plano das atenções do mundo, obscurecendo por isso, e com frequência, a complexidade da problemática geral do Médio Oriente. Bastará observar, e referindo apenas os últimos 15 anos, que o Ocidente foi tomado de surpresa pela Revolução no Irão, pela eclosão e violência da guerra Irão-Iraque e pela agressão do Iraque contra o Koweit.

1. ISRAEL E A OLP

O conflito israelo-árabe é um conflito velho de quase um século.

O tempo, infelizmente, não me permite abordar em detalhe o percurso

histórico do conflito ao longo das últimas décadas. Direi apenas que só começou a assumir verdadeira dimensão em 1948, imediatamente após a fundação do Estado de Israel, com a chamada Guerra da Independência. Dezanove anos depois, em 1967, com a guerra que ficou conhecida pela Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou a Cisjordânia, Jerusalém leste, a faixa de Gaza, a península do Sinai e os Montes Golã. Foi a partir desta altura, com a entrada da OLP em cena, que verdadeiramente se completou o arco de oposição directa ou de primeira linha a Israel, o qual era já constituído pela Síria, pelo Egipto, pela Jordânia e pelo Líbano.

Como é sabido, a paz foi estabelecida entre Israel e o Egipto com a assinatura, em 1979, dos Acordos de Camp David, os quais implicaram a devolução do Sinai e a normalização das relações entre os dois países.

Mas só com a Conferência de Madrid, em Outubro de 1991, é que o Processo de Paz se iniciou formalmente entre Israel e as restantes partes envolvidas directamente no conflito. Nesta Conferência todas as partes aceitaram, pela primeira vez, sentar-se à mesma mesa de negociações, com base nos princípios de Camp David, ou seja, «terra pela paz» e uma solução em dois tempos para a questão palestina. Os termos de referência de Madrid estabeleciam que as negociações se desenvolveriam em duas dimensões: uma bilateral, em que seriam essencialmente tratadas as questões de natureza política, e uma multilateral, em que seriam abordadas questões de natureza técnica bem como se estudariam as possibilidades de cooperação a nível regional em domínios como os do aproveitamento e partilha de recursos naturais, meio ambiente, desarmamento, etc.

Com o acordo de Oslo, o reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP e a concomitante assinatura, em Setembro de 1993, em Washington, da Declaração de Princípios, na qual se encontra consubstanciado o acordado ente Israel e a OLP na capital norueguesa, o Processo de Paz foi relançado em bases totalmente diferentes dos termos de referência que haviam sido estabelecidos em Madrid. Ao reconhecer a OLP, Israel aceitou a Organização e o seu líder, Yasser Arafat, como principal interlocutor. Até esse momento histórico, Israel tinha apenas admitido como interlocutor a «leadership» dos Territórios e, mesmo assim, com severas limitações. Por seu lado, a OLP obrigou-se formalmente a reconhecer o direito de Israel a viver em paz e segurança, tendo, dessa forma, aberto a possibilidade a uma via de reconciliação entre o mundo árabe e o Estado hebraico.

Com o reconhecimento mútuo, ambas as partes abdicaram das suas posições históricas, conceptuais e ideológicas tradicionais. Para Israel o alcance de tal reconhecimento traduziu-se, desde logo, na admissão de que existe um só povo palestino: que os palestinos chamados do «interior» (aqueles que vivem nos Territórios) e os que vivem na diáspora são um único povo e uma só nação. Corolário desta admissão poderá ainda vir a ser o reconhecimento por parte do Estado judeu de que a solução para a questão palestina terá que passar, muito provavelmente, pela criação de um Estado soberano e independente. Aliás, as normas conceptuais contidas na Declaração de Princípios contêm já indicações (ao referir-se aos «legítimos direitos do povo palestino», e ao afirmar que fica «entendido» que as «negociações do estatuto permanente conduzirão à aplicação das soluções 242 e 338 do Conselho de Segurança da ONU») que vão no sentido de uma alteração do regime de autonomia tal como concebido em Camp David, na medida em que aquela deixa de ter uma dignidade própria para passar a ser, de forma mais ou menos inconfessada, um mero mecanismo de transição para o estatuto permanente, cujo embrião é logo estabelecido em Gaza e Jericó.

A retirada e o reposicionamento do exército israelita de Gaza e Jericó, previstos na Declaração para meados de Dezembro de 1993, veio a verificar-se só em Maio de 94, paralelamente com a instalação de uma força de polícia palestina e a gradual devolução de poderes civis e administrativos às autoridades civis da OLP que, entretanto, tinham sido autorizadas a transferirem-se para o terreno. No entanto continua num impasse a retirada e reposicionamento das forças armadas israelitas das restantes parcelas dos Territórios Ocupados que ficaram previstas no Acordo de Oslo para Abril/Maio do ano passado, bem como se encontra ainda sem data previsível a realização de eleições gerais nos Territórios. Por outro lado, no calendário estabelecido no Acordo encontra-se previsto que, a partir de Maio de 1996, tenha início a discussão do Estatuto Permanente.

A principal fraqueza do acordo será a circunstância de todas as questões mais delicadas — Jerusalém, os limites territoriais, os colonatos e os refugiados — terem ficado remetidas para a negociação do Estatuto Permanente. Embora tal tenha constituído, talvez, o maior triunfo da diplomacia israelita Israel não quer comprometer-se *a priori* na constituição de um Estado palestino, encarando a autonomia essencialmente como um teste); adiar todas as questões mais difíceis poderá vir a revelar-se problemático na medida em

que a OLP, ao instalar-se progressivamente no terreno com armas e bagagens, cria uma situação que, no plano político, será dificilmente reversível. Na verdade, a negociação sai do foro estritamente diplomático (e é isso, aliás, que já está a acontecer) para passar a jogar-se essencialmente no terreno, tudo ficando a depender do nível de cooperação que se for conseguindo estabelecer entre as partes e da forma como forem capazes de gerir os seus conflitos internos.

Neste contexto, o sucesso do acordo parece depender essencialmente de duas premissas: para Israel o acordo terá de proporcionar maior segurança à sua população. Para os palestinianos é fundamental que se traduza numa rápida melhoria das condições de vida, tanto no plano económico como social, e que, ao mesmo tempo, se mostre capaz de satisfazer as suas aspirações políticas.

O balanço possível sete meses após a assinatura do Acordo sobre Gaza e Jericó não é totalmente animador. A julgar pelo número de vítimas do conflito com os palestinianos, a situação de segurança de Israel não melhorou. Por outro lado, tardam a aparecer os benefícios económicos do acordo para a população de Gaza, em boa parte devido à extrema centralização do processo de decisão imposta por Arafat. Mesmo assim ambas as partes, por falta de alternativa, mostram-se determinadas a prosseguir no caminho traçado pela declaração de Princípios, com os necessários ajustamentos ditados pela experiência.

Mas quais foram os factores que levaram, de um lado, a OLP, e, do outro, Israel, primeiro a Madrid, e, depois, a considerarem que tinha chegado o momento de procederem ao respectivo reconhecimento mútuo bem como de que seria vantajoso para os respectivos interesses sentarem-se à mesa de negociações em bases renovadas?

a. Começarei pela OLP

Os palestinianos historicamente têm vivido dominados pela reivindicação dos seus direitos políticos e legais.

Até um passado muito recente, preferiram manter intactos os seus «direitos» sobre a totalidade da Palestina a terem que aceitar um compromisso que tivesse em conta a realidade no terreno.

O passo decisivo para reconhecer o direito de Israel à existência, e que tornou possível a Conferência de Madrid, só foi dado por Yasser Arafat em 1988 quando passou a advogar «a two State solution» para a questão da Palestina.

A «conversão» de Arafat foi provocada essencialmente por dois factores. Em primeiro lugar, a expulsão do Líbano em 1982 e o conseqüente exílio em Túnis. Em segundo lugar a «Intifada» em 1987, que desviou o centro da política palestina dos refugiados para os habitantes dos TOs.

O ostracismo a que a OLP entretanto havia sido votada pela Comunidade internacional, na sequência da Guerra do Golfo, teve também outra consequência importante: Yasser Arafat viu-se forçado a aceitar as condições impostas por Israel para o início das negociações de paz, nos termos das quais os palestinos do interior seriam os únicos interlocutores, e, mesmo assim, com severas restrições, tais como o facto da Delegação palestina não poder integrar qualquer elemento da diáspora, ou natural de Jerusalém, e ter de figurar sempre como parte integrante de uma outra delegação árabe — a Delegação Jordana.

Túnis, porém, desde o início das negociações lançadas pela Conferência de Madrid, impediu que Israel e a Delegação Palestina chegassem a um acordo. A OLP, nos canais officiosos e secretos, sinalizava abertura às posições israelitas, mas instruía a delegação a manter-se firme nas negociações que decorriam em Washington, facto que os israelitas atribuíam não só ao desejo da OLP ser aceite como único interlocutor mas, fundamentalmente, à existência de grande tensão entre Túnis e os palestinos dos Territórios. No início de 93 tinha-se tornado claro que as conversações tinham chegado a um impasse.

Mas também a posição do líder da OLP tinha entretanto evoluído, por concluir que era mais importante quebrar o isolamento a que tinha sido votado pela Comunidade Internacional, inclusivamente para sobreviver no próprio plano interno da Organização (onde o seu estilo autocrático e pouco transparente de governação estava a ser crescentemente contestado), do que continuar a insistir em posições de princípio relativamente às quais Israel se mostrava inflexível.

A decisão de reconhecer Israel traduziu-se, porém, num preço político elevado para o líder da OLP: não só registou um aprofundamento das clivagens existentes entre as diversas facções da Organização, como as linhas

de força dentro da própria facção chefiada por Arafat, a Fatah, se alteraram em seu desfavor.

No entanto e, a contrastar com as dificuldades que se agravaram no plano interno, Arafat conseguiu, no plano externo, uma importante vitória. Embora criticado por alguns Estados árabes (particularmente a Síria e o Líbano) que o acusaram de ter quebrado a unidade e a solidariedade árabe face a Israel, o líder da OLP viu-se, de um momento para o outro, não só reintegrado pela comunidade Internacional na sua qualidade de interlocutor privilegiado da causa palestina, mas, também, e, pela primeira vez, na sua carreira política, reconhecido (inclusivamente pelos EUA), com a dignidade de um quase Chefe de Estado.

b. *Israel*

Historicamente os israelitas consideram, aliás justificadamente, que construíram o seu país contra tudo e contra todos, e sentem nele um imenso orgulho. Por detrás de tal orgulho esconde-se, porém, uma profunda insegurança, que normalmente se manifesta numa sensibilidade à flor da pele em relação à percepção que os outros povos podem ter de Israel. A percepção de que o mundo lhes é hostil ou, no mínimo, não faz uma avaliação correcta da ameaça a que estão sujeitos, leva os israelitas a tender a confiarem apenas em si próprios para garantir a segurança do país. O único amparo que sentem como genuíno é a aliança com os Estados Unidos da América. A força de todos estes sentimentos é multiplicada por todo um panorama mental feito de recordações de perseguições que culminaram na catástrofe do holocausto. Desta forma compreende-se que o denominador comum da política israelita tenha sido, desde a fundação do Estado, a preocupação com a segurança do país, e que o debate político se tenha organizado em grande parte em torno desta questão.

Especialmente em relação aos árabes, os israelitas sentem uma desconfiança inata e uma permanente suspeita que qualquer paz será precária e incompleta. Por esta razão o problema da segurança está, no espírito dos israelitas, intimamente associado com o domínio dos territórios ocupados na Guerra de 1967. Assim a ideia da necessidade de efectuar compromissos territoriais para obter a paz suscitou sempre as maiores clivagens, consti-

tuindo a segurança, ainda nos dias de hoje, o critério fundamental para avaliar os resultados do processo de paz.

Os responsáveis políticos israelitas, conscientes, por um lado, das contradições existentes no campo palestiniiano, e, por outro, de que Israel (na sequência da desagregação da URSS e do desaire do radicalismo árabe com a derrota de Bagdade na Guerra do Golfo) se encontrava, tanto do ponto de vista interno como externo, numa posição negocial extremamente favorável, entenderam que tinha chegado o momento para procederem a uma profunda revisão e inflexão das posições que tradicionalmente defendiam.

A tal decisão não terá sido alheia a circunstância de, nos últimos anos, a população israelita, no seu conjunto, ter vindo, ainda que de forma lenta e quase imperceptível, a inclinar-se perante a necessidade de resolver a questão palestiniiana pela via do compromisso. Para tal terá contribuído de forma decisiva o desgaste psicológico e material provocado por quase seis anos de «Intifada» e pela modificação dos equilíbrios internacionais na sequência do colapso da União Soviética e da Guerra do Golfo. Tudo isto aliado à crescente prosperidade económica do país, factor que tem contribuído para uma sensação de maior desafoço por parte da população em geral e para uma crescente ânsia de «normalização» que permita a Israel ocupar o lugar que entendem lhe é devido entre as democracias ocidentais.

Por sua vez Rabin, seguro, por um lado, da confiança depositada nas suas credenciais militares, e, por outro, pressionado pela ala do Partido Trabalhista liderada por Shimon Peres, terá sentido estarem reunidas as condições mínimas políticas e de segurança para concordar com a assinatura da Declaração de Princípios e com o reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP.

O passo histórico que representou o reconhecimento mútuo e a assinatura da Declaração de Princípios alterou profundamente os termos em que se processava o debate político em Israel, sendo ainda neste momento difícil avaliar correctamente todas as suas implicações.

Em todo o caso, as opiniões sobre as eventuais repercussões dos acordos continuaram a dividir-se consoante as posições ideológicas de há muito consolidadas.

Entre os partidários da paz, o mais importante é ter-se conseguido desbloquear uma situação de impasse que se arrastava há já demasiado tempo, abrindo perspectivas não só para uma coexistência pacífica entre israelitas

e palestinianos como também para novos acordos com Estados vizinhos. A comprová-lo está a recente normalização de relações com a Jordânia e os passos de aproximação com diversos países árabes.

Outros, invocando a onda de terrorismo que se abateu sobre Israel nos últimos meses e a aparente incapacidade das autoridades palestinianas em controlarem os acontecimentos tanto em Gaza como na Cisjordânia, continuam a achar que o caminho que se está a seguir conduzirá inevitavelmente à catástrofe, na medida em que levará à criação de um Estado palestiniano independente dominado por facções extremistas que, para além de poder vir a assegurar a continuidade de actividades terroristas contra Israel, mais cedo ou mais tarde invocará o tão temido «direito de retorno» dos palestinianos que se encontram na diáspora.

É fundamentalmente em torno destas duas ordens de ideias que a dialéctica e as controvérsias se estão a desenvolver, gerando com frequência discussões, críticas e tomadas de posição que têm assumido nos últimos tempos carácter apaixonado e, até por vezes, violento. A posição de Rabin tem saído crescentemente enfraquecida de tal situação e, a prosseguirem os actos de terrorismo e o impasse nas negociações, são já muitos aqueles que hoje em dia duvidam que ele possa ganhar as próximas eleições legislativas, previstas para 1996.

c. Instrumento fundamental para a inflexão das posições tradicionalmente defendidas, tanto por palestinianos como por israelitas, terá sido, no entanto, o empenho dos Estados Unidos em, uma vez expulso o Iraque do Koweit e reposta a legalidade internacional, lançar uma nova iniciativa diplomática para resolver o conflito israelo-árabe. Washington tinha todo o interesse em relançar o processo de paz na medida em que, caso se verificasse um sucesso, poderia dessa forma consolidar e institucionalizar a sua hegemonia regional, o que lhe permitiria reduzir a ameaça nuclear provida de regimes radicais do «terceiro mundo», bem como garantir os seus interesses económicos na Região, continuando a apoiar Israel ao mesmo tempo que manteria boas relações com os árabes. Para conseguir tais objectivos os americanos tinham todo o interesse em transformar a coligação anti-Iraque, na qual Israel tinha sido um parceiro passivo numa coligação favorável a uma solução negociada para o conflito israelo-árabe.

2. ISRAEL E A JORDÂNIA

A assinatura, em Washington, da Declaração de Princípios colheu de surpresa a Jordânia, aliás como todos os restantes Estados árabes. Embora fosse o país, entre todos os países da «linha da frente», que menos pontos de contencioso tinha com Israel, a Jordânia sentiu-se sempre pressionada, tanto por palestinianos como por sírios, a não se tentar por uma normalização de relações com o Estado judaico, sem que se verificassem progressos substantivos nas restantes frentes de negociação.

O Acordo entre Israel e a OLP modificou esta situação. Habitado a ser tratado por Israel como o parceiro potencial por excelência, o Rei Hussein viu-se de repente preterido a favor de Arafat. Passado o choque inicial, o Rei concluiu que necessitava de normalizar as relações com Israel, para não perder a influência que ainda detinha quer junto das autoridades israelitas quer nos TOs. Neste contexto, interessava em particular a Amã manter o equilíbrio no que diz respeito ao fluxo de palestinianos dos TOs em direcção à Jordânia. De registar que, nos dias de hoje, 60% da população do reino Hachemita é palestiniana. Também a Israel interessava que não se verificasse qualquer movimento migratório no sentido contrário. Para isso haveria que contribuir para a manutenção do nível de bem-estar económico e social da comunidade palestiniana a viver na Jordânia.

Interessava ainda à monarquia Hachemita conservar o estatuto de protectora dos lugares santos islâmicos de Jerusalém (questão naturalmente de grande sensibilidade para os palestinianos), bem como manter o controlo dos mecanismos financeiros e monetários que tinha conseguido fazer sobreviver, um pouco por toda a Cisjordânia, mesmo depois de já consumada a ocupação israelita. Por outro lado, a manutenção do controlo de tais mecanismos permitir-lhe-ia, para além de continuar a exercer um certo controlo da vida económica dos Territórios, vir, eventualmente, a beneficiar ou a partilhar do considerável auxílio internacional que se desenha para apoiar a autonomia palestiniana.

A Israel interessava sobretudo concluir mais um Tratado de Paz com um país árabe e recriar uma relação com o monarca hashemita que servisse de algum modo de contrapeso à relação com Arafat. Interessava ainda aos israelitas obter a garantia de que os jordanos não integrariam alianças que constituíssem uma ameaça à sua integridade como país soberano.

Esta conjugação de interesses, aliada ao desaparecimento das pressões externas por parte do mundo árabe (à excepção da Síria que reafirmou que a paz global no Médio Oriente depende da solução do contencioso que Israel mantém com ela e com o Líbano) no sentido da Jordânia aguardar o desenlace das restantes frentes de negociação, abriram o caminho para a normalização das relações entre Tel-Aviv e Amã.

As negociações entre os dois países não eram complicadas dada a ausência de qualquer disputa significativa de natureza territorial. Na verdade, têm-se mantido praticamente sem alterações entre os dois Estados as mesmas fronteiras que haviam sido delimitadas pela Inglaterra ao separar a Palestina da chamada Transjordânia, à excepção de duas ou três pequenas áreas que não ultrapassavam 300 km quadrados. A intimidade das relações pessoais entre o Rei Hussein e o Primeiro-Ministro Rabin (encontraram-se secretamente inúmeras vezes) e o empenho dos EUA facilitaram também as negociações, cujo desenlace foi por isso rápido. Em 26 de Julho os dois países assinaram a chamada Declaração de Washington, que especificava já os pontos principais de um futuro Tratado de Paz que foi assinado três meses depois, em solene cerimónia junto à fronteira sul dos dois países, na presença do Presidente norte-americano.

Tal assinatura marcou um ponto alto da mudança de atmosfera operada no mundo árabe em geral em relação ao processo de paz. Bastará recordar que quando Sadate assinou o tratado de paz com Israel o seu país foi votado, por quase 10 anos, a severo ostracismo por parte da maioria dos países árabes. Hoje em dia são frequentes os contactos bilaterais entre governantes israelitas e os seus homólogos árabes, abrem-se secções de interesse, se não mesmo Embaixadas, ensaiam-se os primeiros passos de trocas comerciais directas, estabelecem-se linhas de comunicação, turistas israelitas deslocam-se com facilidade à Jordânia ou a Marrocos. Com a realização da Conferência de Casablanca até o boicote económico árabe começou a ceder.

3. CONVERSACÕES DE PAZ COM A SIRIA

A opção da Síria pela participação no processo de paz do Médio Oriente integra-se numa reorientação da política externa de Damasco após o colapso da União Soviética e da Guerra do Golfo. Tal reorientação manifestou-se, primeiro, no facto de Damasco ter participado, ao lado dos EUA, na Guerra

do Golfo, e, segundo, na aceitação do convite americano para participar no processo de paz, antes de qualquer outra parte o ter feito.

A Síria sabe que não possui opção militar para recuperar os Montes Golã. Deseja evitar o isolamento em relação ao Ocidente e obter o favor dos Estados Unidos. A participação no processo de paz confere-lhe uma certa respeitabilidade internacional e permite-lhe alimentar a esperança de recuperar os Montes Golã pela via diplomática.

Mas estes não serão os únicos objectivos estratégicos de Damasco. A Síria aspira também a ter um papel de liderança no mundo árabe, tem uma aliança de longa data com o Irão, dirigida contra o Iraque e útil para preservar o seu controlo sobre o Líbano, país que, na prática, não é mais do que um protectorado de Damasco. Finalmente ao regime sírio interessa, acima de tudo, garantir a respectiva sobrevivência. Assad gere, por conseguinte, uma teia de alianças e interesses potencialmente contraditórios, na qual o conflito bilateral com Israel é apenas um dos elementos, embora porventura o mais central.

Assad terá sentido o acordo entre Israel e a OLP, bem como o tratado de paz entre Israel e a Jordânia, como verdadeiras traições: por isso sempre se recusou a apoiá-los, remetendo-se a uma cuidadosa neutralidade. As consequências desses acordos para a posição diplomática da Síria revelam-se, no entanto, ambíguas. Por um lado, a Síria ficou de certo modo à mercê da iniciativa de Israel correndo o risco de ser deixada para trás. Mas, por outro, o acordo entre Israel e a OLP facilitou o caminho ao regime de Damasco, que já não poderá ser acusado de ter traído a causa árabe se fizer a paz com Israel.

As negociações entre os dois países encontram-se, porém, estagnadas, praticamente no mesmo ponto, desde que o Primeiro-Ministro Rabin assumiu a chefia do Governo em Junho de 1992: Israel recusa-se a especificar a extensão da sua retirada dos Montes Golã antes da Síria explicitar o que entende por paz. A Síria recusa-se a definir o seu entendimento de paz enquanto Israel não se comprometer a retirar-se integralmente dos Golã. Face ao impasse das negociações bilaterais, a Síria e, por arrastamento, o Líbano continuam a manter-se afastados das negociações multilaterais. A evolução, de parte a parte, que se registou desde o início da Conferência de Madrid resume-se praticamente ao facto de Israel ter aceite o princípio de uma

retirada e ao facto de a Síria ter aceite que o objectivo das negociações era a paz.

A questão fundamental que se continua a colocar é a de saber se o Chefe do Governo israelita terá possibilidade de conseguir o apoio da opinião pública do seu país para negociar com Damasco a retirada dos Montes Golã. Sobre este ponto registam-se duas tendências de opinião. De um lado estão os defensores da ideia de que o Primeiro-Ministro deveria, sem hesitações, aproveitar desde já a margem de manobra política de que ainda dispõe para avançar na dimensão síria. Do outro, aqueles que julgam não estar o eleitorado preparado para «digerir» ao mesmo tempo as duas vertentes do processo de paz. Esta corrente, aliás, neste momento parece prevalecer, não só devido à crescente contestação ao Governo devido às dificuldades que têm surgido na vertente palestiniana do processo de paz, mas também porque os «gestos» que Assad tem ensaiado para com Israel não conseguiram dissipar a desconfiança que grande parte da opinião pública israelita sente ainda em relação à Síria.

Do lado da Síria existirão também grandes hesitações. Assad, embora venha preparando desde há cerca de quatro anos a sua opinião pública para a possibilidade de chegar a um acordo com Israel, sentirá ainda resistências, especialmente no seio das Forças Armadas, nalgumas áreas do Partido Baath e nalguns sectores da comunidade sunita (Assad é originário da minoria Aluita), que na Síria é maioritária e detentora de forte tradição islamista. O Presidente Assad é homem extremamente cuidadoso e, mesmo em relação a pequenos passos, procura sempre o consenso prévio das diversas forças políticas do país. Cioso do seu prestígio pessoal, Assad também não quer aparecer como um mero seguidor de Arafat e do Rei Hussein.

A diplomacia americana, por achar preferível uma solução global para o conflito israelo-árabe e por reear os obstáculos que Assad pode criar se vier a sentir-se isolado, tem-se empenhado em incentivar Israel e a Síria a chegarem a acordo no mais breve prazo de tempo possível. Mas, apesar das tentativas da diplomacia americana, e de tanto os dirigentes de Tel-Aviv como os dirigentes de Damasco terem a consciência de que têm um horizonte temporal definido para se entenderem (1996 é ano eleitoral tanto nos EUA como em Israel), o clima de desconfiança recíproca não conseguiu ainda dissipar-se entre os dois países.

4. NEGOCIAÇÕES ENTRE ISRAEL E O LÍBANO

Desde Setembro de 1993, com a assinatura da Declaração de Princípios entre Israel e a OLP, o «dossier» libanês parece encontrar-se completamente parado. Aliás, não será nunca demais afirmar que as negociações entre Israel e o Líbano jamais passaram de mera formalidade, isto devido à situação de dependência política absoluta de Beirute em relação a Damasco. Porém, recentemente, as autoridades israelitas terão tido a intenção de reanimar tais negociações. A ideia subjacente (que terá sido transmitida às Autoridades de Damasco pelo próprio Secretário de Estado norte-americano) seria a de que um «breakthrough» nas negociações com a Síria pudesse ocorrer no sul do Líbano, deixando a questão dos Montes Golã para último lugar.

Dar prioridade ao Líbano oferecia óbvias vantagens para Israel: Israel não tem interesses especiais naquele país, para além de garantir a segurança da sua fronteira norte. De registar que o sul do Líbano continua, ainda nos dias de hoje, a constituir o principal teatro de operações para as Forças Armadas israelitas. A proposta israelita seria a de permitir que o exército libanês se posicionasse na zona situada imediatamente a norte (actualmente controlada pelos fundamentalistas da Hezbollah) da faixa de território controlada por Israel, e provasse, pelo espaço de seis meses, capacidade para impedir ataques daquele movimento. Ao fim desse período Israel retirar-se-ia, num prazo de três meses, da «zona de segurança», e seria assinado um acordo de paz entre os dois países.

Israel terá deixado igualmente claro que aceita que tropas sírias do Líbano permaneçam, e terá dado mesmo a entender que as considera um garante de qualquer acordo que vise normalizar a situação no sul do país. Para além de tacitamente oferecer a Assad a aceitação, e até a legitimação, da hegemonia síria no Líbano, Israel poderia vir a oferecer um incentivo adicional: aceitar retirar sem a assinatura de um acordo de paz. Tal como sucedeu com a Jordânia, a «normalização» «de facto» precederia a normalização «de jure».

Em todo o caso a Síria não terá concordado com estas propostas: para Damasco dar prioridade ao Líbano representaria uma aposta arriscada, na medida em que teria de abrir mão do principal instrumento de pressão que dispõe sobre Israel — as actividades do movimento fundamentalista Hezbollah no sul do Líbano — antes de ter a certeza de recuperar os Montes Golã,

para além de ter que se empenhar numa tarefa potencialmente complicada e politicamente cutosa: desactivar as milícias fundamentalistas apadrinhadas pelo Irão.

Relato estes aspectos porque, de alguma forma, são indicativos da complexidade e da intrincada rede de interesses em jogo no Médio Oriente. Serão igualmente indicativos da forma como facilmente podem ser sacrificadas tanto a integridade como a soberania de certos países e, naturalmente, os interesses dos respectivos povos para salvaguardar interesses de outros.

CONCLUSÕES

Chegado à parte conclusiva desta minha exposição creio que poderão melhor compreender quão infinita é a complexidade histórica, política e social do Médio Oriente.

Um dos pontos que procurei pôr em evidência é que o conflito israelo-árabe é apenas um dos muitos factores de instabilidade no Médio Oriente. Mesmo admitindo que ele venha um dia a ser resolvido, creio, mesmo assim, que será muito difícil deixarmos de ouvir falar na Região. Senão vejamos:

Na Primavera de 1991, logo a seguir à derrota do Iraque, o sentimento que prevalecia em todo o mundo, e muito particularmente no Médio Oriente, era o de que a conclusão da crise do Golfo, em conjugação com o profundo e extenso envolvimento dos EUA na contenção da agressão iraquiana, tinham criado as condições adequadas para o estabelecimento de uma «Nova Ordem» e de uma oportunidade única («a window of opportunity», como falava o Presidente George Bush) para a solução de, pelo menos, alguns dos conflitos regionais.

Passados quase quatro anos, qual é o panorama?

Embora se tenha conseguido reduzir consideravelmente a ameaça iraquiana, Sadam Hussein continua no poder e não é de crer que tenha desistido de uma posição de liderança no contexto regional. Ensaia mesmo os primeiros passos que poderão conduzir à relegitimação do seu regime e, por conseguinte, ao termo do seu isolamento internacional.

A longa e sangrenta guerra que, de 1980 a 1988, opôs o Iraque ao Irão, nada conseguiu resolver no plano político entre os dois países. Teerão

continua a considerar o Iraque potencialmente como o seu mais perigoso inimigo e rival. O Iraque juntamente com Israel continuam a constituir o principal pretexto para a política armamentista do Irão e para o desenvolvimento da sua capacidade de produção de armamento não convencional, incluindo o nuclear. Bagdade e, por seu lado, embora obrigado a um compasso de espera, não esquecerá facilmente as humilhações e sujeições a que foi submetido pelo Irão e pelo Koweit desde a derrota na Guerra do Golfo. Do seu lado, os israelitas dão sinais de crescente nervosismo pelo esforço nuclear em curso no Irão, não sendo de afastar a hipótese de virem a considerar um ataque fulminante com o objectivo de destruir tal capacidade. Fizeram-no em relação ao Iraque em 1981 — porque não tentar operação semelhante em direcção ao Irão se se sentirem realmente ameaçados?

Outro elemento de grande instabilidade, talvez o mais grave de todos, a par da corrida aos armamentos convencionais e não convencionais, é o alastramento, aparentemente imparável, do fundamentalismo islâmico. Não se vislumbra como contê-lo na Argélia, que está muito provavelmente à beira de uma guerra civil. No Egipto o fundamentalismo, embora sem alcançar a violência argelina, sem abranger a totalidade da sociedade civil e ainda restrito a certas regiões, vai corroendo lentamente o regime e colocando em perigo os seus alicerces.

Em Gaza, na Cisjordânia e no próprio território de Israel, a HAMAS tem levado a cabo, nos últimos três meses, uma brutal escalada terrorista, num esforço desesperado para fazer descarrilar o Processo de Paz. Coloca tanto o Governo israelita como a Autoridade Palestiniana sob enorme pressão e perturba seriamente as relações entre ambos. Conseguiu já uma erosão significativa da popularidade do Governo israelita, que hoje hesita se deve acelerar ou travar as negociações. Por outro lado, qualquer tentativa de repressão da HAMAS por parte de Arafat, como pretendem os israelitas, comporta riscos gravíssimos, pela possibilidade de se criar um cenário do tipo argelino ou mesmo um cenário de verdadeira guerra civil nos Territórios.

A completar este quadro resta ver se a Federação Russa, na reafirmação internacional que está a ensaiar, terá também a intenção de regressar ao Médio Oriente. As recentes tentativas de mediação do MNE russo, Kosyrev, entre o regime de Bagdade e o Conselho de Segurança das Nações Unidas (leia-se EUA) para o abrandamento das sanções, poderão constituir indícios

nesse sentido. Convém recordar que países como o Iraque e a Síria, antigos e importantes clientes de armamento russo, têm ainda hoje dívidas enormes para com Moscovo. Talvez uma forma de proceder ao respectivo pagamento venha a passar novamente pela compra de vastas quantidades de armamento.

Apesar do panorama traçado, creio sobra ainda razões de peso para não ter que terminar esta exposição com uma nota de pessimismo. O reconhecimento mútuo entre Israel e a OLP, bem como a assinatura da Declaração de Princípios, constituíram, inegavelmente, passos de profundo significado histórico para os povos do Médio Oriente. Apesar dos obstáculos gravíssimos já declarados e de outros que se perfilam no horizonte, dos avanços e dos recuos que já se sucederam (e se vão suceder), nada irá ser no futuro como dantes. Alguns frutos importantes estão já à vista: a paz concretizada entre a Jordânia e Israel, a progressiva «normalização» das relações entre israelitas e outros povos, desde o Magrebe ao Golfo pérsico. O desenvolvimento da cooperação regional começa a assumir contornos visíveis, e uma nova esperança começa talvez a renascer.

Quintela Paixão